



PERSPECTIVAS SÓCIO-TÉCNICAS DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO, PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS E GESTÃO URBANA COMPETENTE

CHAMUSCA, Marcello

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
mchamusca@gmail.com

241

RESUMO

Neste artigo, se realiza, de modo especulativo, uma abordagem sócio-técnica sobre território e desenvolvimento, a partir da exploração de algumas novas perspectivas e olhares sobre as práticas sócio-espaciais na cidade contemporânea, bem como de algumas também novas possibilidades de sua gestão competente. Se utilizará, prioritariamente, a Teoria Ator-Rede, por permitir um novo olhar – crítico e profundo – das relações sócio-espaciais, para embasar o argumento teórico que se pretende construir para o entendimento da proposta.

Palavras-chave: Redes sócio-técnicas. Território. Desenvolvimento. Gestão urbana.

ABSTRACT

In this article, takes place, in a speculative way, a socio-technical approach to territory and development, from the exploitation of some new insights and perspectives on the socio-spatial practices in the contemporary city, and also some new possibilities for its management competent. It will be used primarily to Actor-Network Theory, by allowing a new look - critical and profound - the socio-spatial relations, to support the theoretical argument that is intended to build understanding of the proposal.

Key-words: Redes socio-technical. Territory. Development. Urban management.

INTRODUÇÃO

Para uma abordagem pouco tradicional e com viés experimental como o que se busca neste artigo, se faz necessário antes de adentrar nas suas questões centrais, observar alguns aspectos de cenário, levantar algumas questões teóricas que darão base ao percurso e, por fim, elucidar algumas noções e conceitos essenciais para o entendimento do argumento principal: numa abordagem atual de território e desenvolvimento, para se pensar em gestão competente da cidade, entendendo por “gestão competente” aquela que é pensada para dar conta do bem-estar dos cidadãos e canaliza os seus recursos e esforços para a justiça e segurança social, dentro do conceito de “cidade voltada para as pessoas”, a observação da sua dimensão cibernética é condição *sine qua non*, visto que, no atual contexto, toda grande cidade é, quase sempre, uma cibercidade, ou seja, possui elementos cibernéticos que criam uma interface híbrida para as relações sócio-espaciais estabelecidas no seu âmbito e potencializam essas relações de modo



significativo, na medida que permitem interações permanentes, entre meio e agentes sócio-técnicos, concomitantemente, em tempo real e em diversas escalas geográficas, permitindo dinâmicas sócio-espaciais complexas e interconexões de redes altamente diversificadas, pouco mensuráveis por meios tradicionais e analógicos, uma vez que não envolvem apenas agentes humanos, mas com um alto nível de controle através da cibernética.

Para uma primeira aproximação com o tema buscar-se-á uma breve caracterização da Teoria Ator-Rede (LATOURET, 1987, 2005; LAW, 2006; SANTAELLA, 2010; LEMOS, 2013), escolhida para dar base ao percurso teórico do ensaio, por permitir uma abordagem sócio-técnica de rede – aqui pretendida – para um olhar vanguardista sobre território e desenvolvimento, práticas sócio-espaciais e gestão da cidade, em que se observe, conforme concluiu Law (2006), que a sociedade é materialmente heterogênea e que artefatos e arquiteturas devem ser levados tão a sério quanto as pessoas, pois se assim não se fizer nunca se terá a capacidade de resolução dos problemas sociais, pois é preciso entender os produtos das relações entre atores humanos e não humanos numa sociedade, como um efeito das interações estabelecidas entre eles e a instituição da ordem social proveniente desse efeito.

A opção pela Teoria Ator-Rede (TAR) para uma abordagem sobre território e desenvolvimento, portanto, se deu, por se tratar de uma teoria adaptativa que se ajusta a ambientes que possuem as características dos objetos de reflexão desse ensaio: grandes e constantes transformações históricas e que contemplam uma também grande flexibilidade conceitual nas suas abordagens. Apesar do entendimento de que o termo “ator” pode, em alguns contextos, ser interpretado de modo negativo e, inclusive, ser desqualificado por alguns autores, bem como que o termo “agente” pode ser entendido, por esses mesmos autores, como de maior abrangência e aceitação acadêmica, utilizar-se-á o termo “ator” sempre que necessário, superando o preciosismo acadêmico em torno dessa questão, para contextualizá-lo nas leituras da TAR sobre os objetos de reflexão, uma vez que nesse caso, em específico, o termo “ator” não se encontra no mérito das questões centrais discutidas e o seu uso não deve invalidar a essência do que aqui se propõe.

PERSPECTIVA SÓCIO-TÉCNICA DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Quando se entende que as redes sociais são iminentemente redes sócio-técnicas, visto que não são formadas apenas por interconexões entre atores humanos, mas também por interconexões entre atores não humanos e das relações entre as interconexões humanas e não



humanas, bem como das relações diretas e indiretas entre atores humanos e não humanos, percebemos como é importante a observação da participação dos atores não humanos no processo social (sonogada nas análises tradicionais), uma vez que esses (os atores não humanos) transformam de modo flagrante a significação humana nesse contexto, mediando relações, lhe atribuindo *status*, determinando níveis de poder etc., sempre a partir de variáveis sócio-técnicas (e não apenas social), envolvendo relações compreendidas na “teia da vida” (CAPRA, 1997), fundamentalmente estabelecida em redes, redes essas que os autores que endossam a TAR entendem como redes sociais heterogêneas formadas por atores humanos (pessoas) e não humanos (artefatos).

Sobre isso, Lemos (2013, p. 53) observa que:

Rede, para a TAR, não é infraestrutura, mas o que é produzido na relação entre humanos e não humanos. Não estamos falando de redes de computadores, de redes sociais, de redes de esgoto... Rede é aqui um conceito dinâmico. Não é o que conecta, mas o que é gerado pelas associações. Não é algo pronto, por onde coisas passam, mas o que é produzido pela associação ou composição de atores humanos e não humanos.

A TAR fortalece a ideia de que atores humanos e não humanos estão constantemente ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais, bem como à ideia de que redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas, enfim por qualquer outro material. O argumento central é que o que compõe o social não é simplesmente o humano. O social é composto por todos esses materiais também (LAW, 2006). Vale acrescentar: também o espacial e o econômico não é determinado apenas pelo humano, mas pelo produto de redes heterogêneas, formadas por humanos e não humanos. A TAR, portanto, vai em direção diametralmente oposta à teoria weberiana de ação social, que Souza (2013) se filia e a radicaliza quando vai tratar das relações sócio-espaciais, uma vez que esses autores excluem de uma ação social todo e qualquer artefato, independente da importância da sua atuação para a ação social acontecer, entre atores humanos.

Aqui é imperativo observar que não está em discussão o que, quem e nem porque os atores não humanos foram inseridos no contexto sócio-espacial e/ou econômico, mas que, uma vez que esses materiais passam a compor o espaço, as redes sociais e o sistema econômico existentes, e já são entendidos como parte da construção do espaço simbólico ou concreto, do social e do econômico, eles já não podem mais ser omitidos de uma análise dessas ordens (sócio-econômica e sócio-espacial), pois são determinantes não só do seu estabelecimento propriamente dito, mas também pelas formas que são estabelecidas.



Se de um lado, Souza (2013) aposta num caminho diferente para entender as ações e interações sócio-espaciais no território, o mesmo autor entende conceitualmente território da forma que inicialmente se pretende utilizar nessa discussão: “como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). Já as relações de poder, se tratará como produto de todas as relações sociais estabelecidas em rede (FOUCAULT, 1995). Partindo dessa base conceitual sobre território e poder, já numa abordagem da TAR, um território também pode ser definido e delimitado pelas redes heterogêneas produzidas pelas relações sociais (que conseqüentemente são também relações de poder estabelecidas em rede) que envolvem atores humanos e não humanos. Essa perspectiva proporciona um rico e amplo espaço de discussão, ainda pouco explorado, para a questão conceitual sobre território, territorialização e territorialidade, na medida que insere nas análises possíveis sobre o tema, os artefatos e as arquiteturas, hoje tratados como mera “paisagem” ou mediação, sem o entendimento da sua importância e em alguns casos o seu protagonismo na ordem sócio-espacial e econômica e na construção da própria noção de sociedade.

É importante acrescentar que hoje muitas vezes os artefatos (quando digitais e dotados de inteligência artificial, por conta das suas possibilidades tecnológicas de contribuir com a organização e execução de tarefas pessoais e profissionais, intervindo de modo significativo no dia-a-dia das pessoas) possuem *status* de protagonista da rede sócio-técnica dos seus usuários, determinando muitas vezes as suas práticas sócio-espaciais e econômicas, pois a depender do que o dispositivo indique ou determine através dos seus aplicativos funcionais, as relações estabelecidas pelo usuário com outros atores humanos e não humanos podem ser completamente diferentes.

Aqui se faz necessário abrir-se um parêntese. Quando se fala em não humanos protagonizando relações sociais juntamente com humanos e de artefatos estabelecendo a conduta humana, pode surgir, e quase sempre surge, a noção marxiana de “fetichismo da mercadoria”. Contudo, o que está se tratando do ponto de vista da TAR em relação ao protagonismo de não humanos numa determinada rede sócio-técnica tem outro sentido completamente diferente, apesar do falso simbólico ser acionado com essa abordagem.

Para o velho Marx, o “fetiche da mercadoria” consistia numa ilusão que se opunha à ideia de “valor de uso” e não se referia à utilidade do produto, mas a uma espécie de invenção, de fantasia ou uma aura de simbolismo que se atribui ao objeto, projetando nele um valor acima do que determinaria a sua utilidade. Quando aqui se afirma que na atualidade há atores não



humanos protagonizando redes sociais (sócio-técnicas) é exatamente por conta da sua utilidade, do que o artefato acrescenta de legítimo e concreto (seja do ponto de vista material ou imaterial) com o seu uso e como ele pode transformar de modo significativo para melhor a vida dos humanos que compõem a mesma rede sócio-técnica. Ou seja, trata-se de dar crédito ao seu “valor de uso”, que seria o oposto do “fetiche” em Marx.

Além disso, Latour (1987) relativiza de modo contundente a noção de fetiche, quando afirma que toda descoberta científica é também uma invenção e vice-versa; os fatos também podem ser criações fictícias e as ficções, por sua vez, podem se converterem ou serem inspiradas em fatos, uma vez que o simbolismo é constituinte da realidade, e o imaginário, muitas vezes fantasioso, pode ser uma variável precisa para se chegar ao factual.

Acrescenta-se à discussão, que os atores não humanos – em alguns casos –, na atualidade, são também parte do construto do sentimento de pertencimento às questões socioculturais do lugar, também atribuído aos territórios (territorialidade).

Do ponto de vista sócio-espacial, portanto, as relações entre os atores humanos e não humanos, aqui discutidas, estão submetidas a um ordenamento territorial que pode determiná-las. Perceba que Law (2006), ao observar que se tirarem dele os seus colegas, seus alunos, seu escritório, seus livros, sua mesa de trabalho e seu telefone, ele não seria um sociólogo que escreve artigos, ministra aulas e produz “conhecimento”, ele seria uma outra coisa. “E o mesmo é verdade para todos nós”, adverte. Nesse exemplo, os atores humanos e não humanos estão todos eles territorializados, pois fazem parte de uma construção sócio-política que os identificam como parte daquele território e proporciona ao ator humano a sensação de pertencimento ao seu território de referência. Observa-se também que se retirados da rede ou manipulados espacialmente, modificam todo o processo de interação entre os atores humanos, podendo inclusive inviabilizar as interações e elas não acontecerem.

Diante dessa constatação, verifica-se a importância de se identificar, caracterizar e analisar a participação dos atores não humanos no processo histórico-social para um estudo sobre território e desenvolvimento, bem como para se pensar estrategicamente as práticas sócio-espaciais e a gestão competente da cidade contemporânea, pois esses não só contribuem, mas são determinantes na definição dos relacionamentos entre os atores humanos nos espaços da cidade. Portanto, os atores não humanos também são parte não só do espaço físico da cidade (como já é notado nos estudos realizados nessa área até o momento) mas também do âmbito social, uma vez que sem a sua existência, assim como acontece com os atores humanos, que



atuam e vivem nos espaços da cidade, não só as relações sociais mas também toda a ordem social como é conhecida sequer existiriam.

Já o conceito de desenvolvimento, que nessa linha de argumentação teórica está intrinsecamente relacionado ao território e, por ter foco na cidade, em escala local com influência da escala regional, mas sempre sendo pensada de forma articulada com a escala nacional e até as escalas supranacional e global, independente das suas possibilidades de abordagens multifacetadas, está intimamente ligado aos recursos disponíveis no substrato material, ao acesso aos bens materiais escassos disputados simbolicamente e materialmente pelos habitantes da cidade. Ou seja, o desenvolvimento é um construto sócio-técnico elaborado pelo acesso humano às “coisas” aqui pensadas pela perspectiva de agentes com influência (atores atuantes) de uma rede sócio-técnica.

Nesse sentido, o desenvolvimento também pode ser caracterizado a partir de uma análise de redes heterogêneas, formadas por atores humanos e não humanos que atuam num determinado território, observando que os não humanos não só contribuem para o ordenamento do espaço e do social, como já visto, mas também da ordem econômica, e se esses materiais fossem suprimidos do mundo, assim como já se chamou atenção com relação a ordem social, a ordem econômica também desapareceria, uma vez que essa é caracterizada como um “efeito gerado por meios heterogêneos” e não só por determinação da ação humana.

Para demonstrar como a ordem social e econômica são efeitos de uma rede heterogênea, o sociólogo britânico Jonh Law (2006) dá o exemplo da moeda. Ele observa que numa economia baseada no dinheiro, a moeda válida serve como uma medida padrão de valor e mecanismo de intercâmbio, ou seja, ela se torna um agente de grande importância nas interações simbólicas estabelecidas na sociedade, determinando, inclusive, competências de poder dentro da estrutura socioeconômica vigente, o que mostra o quanto os atores não humanos são importantes de serem analisados no contexto atual, em que o capitalismo é hegemônico e estabelece as relações não só entre pessoas, mas também entre Estados e corporações de todo o mundo. A origem e quem são os responsáveis pela inserção desses agentes no contexto da sociedade não estão em discussão, mas sim o fato desses estarem presentes, dando formato às ordens social e econômica em todo o mundo.

Ora, se os atores não humanos são parte dos ordenamentos social e econômico, ou seja, são determinantes para se entender a lógica socioeconômica vigente, é do mesmo modo lógico que se possa estabelecer níveis de desenvolvimento de uma sociedade através de uma leitura



realizada pela análise de redes sócio-técnicas, bem como que se possa entender as relações políticas estabelecidas nos territórios, a partir dessas.

Uma análise do desenvolvimento por meio da perspectiva sócio-técnica da TAR, apesar de estar em foco inicialmente diferente, pode ser tão heterodoxa quanto as reflexões hirschmanianas sobre o tema, e, nesse sentido, se aproximar dessas em alguns aspectos.

Para essa aproximação, um bom exemplo a se utilizar é o da matéria assinada por Fernanda Alegretti, na revista *Veja*, de 29 de janeiro de 2014¹, que traz uma leitura tradicional (ideológica e elitista) sobre o desenvolvimento das periferias brasileiras. Numa releitura crítica, a partir da TAR, pode se aproximar significativamente da visão de Hirschman. Tomar-se-á um trecho da matéria para se buscar essa aproximação. Num dado momento (pag. 66), comenta-se sobre os processos desequilibrados do desenvolvimento urbano no Brasil, chamando atenção para o fato de existirem nas periferias pessoas que ainda carregavam lata d'água na cabeça, mas já possuíam celulares com acesso a internet e outros recursos multimídia (smartphones).

Numa visão tradicional (o da matéria citada) alí não há desenvolvimento por conta do alto nível de desequilíbrio observado no contexto socioeconômico dessa sociedade. Contudo, na visão sócio-técnica da TAR, assim como na visão hirschmaniana, o desenvolvimento nesse caso é patente, visto a presença de um ator não humano, da importância do celular na rede dessas pessoas potencialmente garantir isso, uma vez que o mesmo representa um instrumento de empoderamento político-social e de inserção das pessoas menos favorecidas economicamente no contexto atual das discussões sobre a sua cidade, o seu estado, a sua nação e até sobre questões internacionais. Ou seja, é um ator não humano que geralmente possui protagonismo nas redes em que se encontra por atuar de modo muito presente e fazer a diferença positivamente na vida dos demais atores da rede. Só isso, sem mais nenhum outro elemento, já seria suficiente para se entender o avanço que pode representar um celular conectado nas mãos de um indivíduo empobrecido e antes excluído do sistema capitalista.

Para Hirschman (apud BIANCHI, 2007), não se conquista o desenvolvimento através do equilíbrio, como se pensa tradicionalmente, mas são as cadeias de desequilíbrios que impulsionam o desenvolvimento. De modo simplista: o desenvolvimento é proveniente dos processos complexos que envolvem tensões e tentativas permanentes de equilibrar os processos

¹ Matéria de capa da revista *Veja*, “Oi Brasil, estamos aqui!”, publicada em 29 de janeiro de 2014, assinada por Fernanda Allegretti, que faz uma crítica ideológica a respeito da emergência de uma classe média consumidora no Brasil, das classes C, D e E, sugerindo que esse segmento faria parte de um outro país, independente do Brasil das suas elites, em que a jornalista claramente se inclui.



desequilibrados. Hirschman utiliza o conceito de latitude (que envolve o entendimento de aspectos culturais, éticos e estéticos de cada sociedade, relativizando a noção de desenvolvimento padrão), observando a importância que tem o clamor popular que vem dos movimentos sociais, que ele vai chamar, na sua metodologia, de “voz”.

Isso posto, duas questões iniciais já podem ajudar nessa reflexão sobre a aproximação da abordagem sócio-técnica da TAR com as ideias hirschmanianas: (1) que dispositivo (ator não humano) é mais eficaz no contexto atual para dar “voz” aos movimentos sociais e, mais ainda, aos cidadãos comuns, sem representação político-social, nos dias atuais? (2) por que incomodou tanto a jornalista autora da matéria (um provável e eminente membro da classe média brasileira) um celular nas mãos de um morador empobrecido da periferia a ponto de dar tanto destaque a isso em seu discurso?

Provavelmente, a maioria absoluta das pessoas nos dias atuais daria a mesma resposta para a primeira pergunta: o celular conectado (ou smartphone). E para a segunda pergunta: porque ele empodera o morador empobrecido da periferia e pode contribuir para retirá-lo de um possível estado de alienação em que pode se encontrar, a partir do acesso à informação e da possibilidade de torná-lo ativo no processo de comunicação da sociedade em que está inserido. Do ponto de vista sócio-técnico, o celular conectado é um ator poderoso que vem protagonizando muitos momentos na sociedade atual, como no caso do movimento Zapatista², nos anos 1990, e da Primavera Árabe³, em 2011.

Não bastasse isso, Hirschman (apud BIANCHI, 2007) defende que em sociedades com movimentos civilizatórios diferenciados, que possuem alto nível de desequilíbrio nos seus processos econômicos, os avanços podem acontecer através do que ele vai chamar de “ganhos incrementais”, ou seja, o desenvolvimento se encontra nos pequenos ganhos que são incorporados ao dia-a-dia das pessoas, que podem significar em médio e longo prazos um significativo avanço no processo de desenvolvimento dessa sociedade. Tornar o morador da periferia um potencial “consumidor de informação”, ao lhe permitir o acesso à internet, o

² O primeiro movimento que usou deliberadamente o celular e a internet como ferramentas de mobilização e articulação mundial foi o movimento Zapatista, no México. Os zapatistas, liderados pelo comandante Marcos, usaram o celular como o principal meio para articular e executar a sua mais importante ação de ocupação das cidades mexicanas contra o bloco econômico do NAFTA, liderado pelos EUA, em 1994. Essa ação de resistência à hegemonia capitalista lhe rendeu centenas de estudos, reflexões e teses em todo o mundo.

³ Uma onda revolucionária de manifestações e protestos que se espalhou pelo mundo árabe no ano de 2011 que visava sobretudo a derrubada de ditadores que se perpetuavam no poder na região. O movimento tomou corpo e ganhou força internacional graças ao uso sistemático de ativistas que usavam seus celulares para registrar as manifestações e, sobretudo, a repressão agressiva dos governos ditatoriais a essas manifestações.



celular enquanto parte da sua rede sócio-técnica lhe transforma também num potencial prosumidor⁴, ou seja, lhe tira do *status* de mero “consumidor de informação” e lhe põe na condição potencial de “produtor de informação”, o que significa dizer que o seu usuário potencialmente passa a ter “voz”, o que por sua vez significa que pode haver ganho qualitativo na sua condição de cidadão que, portanto, pode lhe permitir “ganhos incrementais” significativos ou até mais do que isso.

Aqui cabe mais um pequeno parêntese: todos os atores (humanos e não humanos) pela perspectiva da TAR são pensados de modo articulado como atuantes da mesma rede e, por isso mesmo, não são distinguidos por serem humanos ou não humanos e sim por serem atuantes ou não na rede, por isso passam a ser chamados de actantes (atores atuantes). A noção de actante é inspirada na semiótica de Greimas e serviu para libertar o conceito de “ator” dos sentidos sociológico e antropológico vigentes, que restringiram o conceito de ator, independente do seu caráter atuante no processo de interação, a um agente humano.

É natural, numa primeira aproximação com a TAR, o estranhamento e o incomodo com a ideia de que “coisas” possam ser pensadas dentro da mesma rede que as pessoas e que os actantes humanos não sejam, em alguns casos, mais importantes que os actantes não humanos, visto que ao mundo ainda pesa o paradigma do humanismo ético e epistemológico⁵.

Entretanto, Law (2006) observa que dizer que não há diferença fundamental entre pessoas e objetos no momento de estudar uma rede é uma atitude analítica e não uma posição ética. Fazer isso não significa dizer que está se tratando pessoas como máquinas ou vice-versa, uma vez que não se está negando aos actantes humanos nenhum dos seus direitos, deveres e/ou responsabilidades que usualmente lhes são atribuídos e muito menos atribuindo às “coisas” o caráter humano. Mas apenas identificando-os dentro de um conceito de rede heterogênea (composta de actantes humanos e não humanos), caracterizando-os e lhes atribuindo níveis de importância do ponto de vista relacional, independentemente de ser um actante humano ou não humano, para tentar explicar como, nessa rede, está a construção do espacial, do econômico e

⁴ Termo utilizado por Alvin Tofler, nos anos 80, para designar um novo tipo de consumidor da informação que seria formatado pela possibilidade da comunicação mediada por computador e que veio se materializar com a chegada da Web 2.0 e da possibilidade de conexão em banda larga que, por sua vez, permitiu níveis de interação entre pessoas em diferentes contiguidades espaciais como nunca vistos na história da humanidade.

⁵ Não é a toa que se trata de uma teoria dos anos 1980 que passou décadas sendo preterida pelos cientistas sociais, pois foi acusada de se manter aquém das lutas de poder e desigualdades sociais. Só nos anos 2000, já sob a égide do advento das tecnologias digitais, que vieram para romper com muitos paradigmas vigentes e proporcionar visões mais livres e menos totalitárias, que a TAR foi retomada por importantes pesquisadores de todo o mundo. No Brasil, as obras mais significativas são de Lúcia Santaella e André Lemos.



do social, e, portanto, do território e do desenvolvimento sócio-espacial. Para um melhor entendimento do que a TAR propõe e na tentativa de eliminar qualquer equívoco sobre ela, é importante lançar mão de um exemplo emblemático fora da relação de território e desenvolvimento: num caso em que a vida de um actante humano é mantida artificialmente por equipamentos, certamente o papel dos actantes não humanos correspondentes aos equipamentos que o mantém vivo pode possuir um maior nível de importância naquele contexto que outros humanos que fazem parte das redes de relacionamentos desse actante humano, que está na posição de paciente mantido pelos equipamentos.

Nesse sentido, é correto afirmar que a atuação e o agenciamento de um actante não humano pode ter um maior nível de importância que de um actante humano dentro de uma determinada rede e num determinado contexto, sem, em nenhum momento, “coisificar” ou desmerecer o ser humano. Por outro lado, é importante advertir que a abordagem da TAR em nada tem a ver com as tão criticadas abordagens da Teoria da Administração Científica, que tem em Taylor o seu maior e mais emblemático representante, em que, via de regra, máquinas ganhavam atributos humanos, ao mesmo tempo que pessoas assumiam atributos de máquinas. Ao contrário disso, o argumento principal da TAR, está fincado, segundo Law (2006), na ideia de que pensar, agir, escrever, amar, ganhar dinheiro etc. são ações atribuídas exclusivamente aos seres humanos, mas que vão além dele, pois só são possíveis por conta de redes heterogêneas (formadas por actantes humanos e não humanos) que se formam para a execução dessas ações. Daí o termo ator-rede: um ator é também, e sempre, uma rede (LATOUR, 2005).

NOVAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Em 2008, Carvalhal cunhou pela primeira vez o termo ciberterritório, num artigo publicado nos anais do IV Seminário Internacional Território e Desenvolvimento Socioambiental⁶. Com o termo, trouxe um conceito que pode-se entender como um verdadeiro legado para os estudiosos contemporâneos do território, da territorialização e da territorialidade, visto que a partir da sua compreensão e da consciência da dimensão que o conceito acrescenta aos já consolidados conceitos de território, pode proporcionar uma visão muito mais rica e heterogênea das análises a serem realizadas nessa temática.

⁶ Seminário promovido pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social em parceria com o Programa de Pós-graduação em Planejamento Ambiental, da Universidade Católica do Salvador.



Essa nova perspectiva de apropriação do território, a partir da dimensão cibernética desenvolvida por Carvalho (2008), também permite uma análise aprofundada e o consequente entendimento dos processos de desenvolvimento no âmbito da cidade, uma vez que através dela se percebe melhor a ação dos cidadãos comuns durante as suas vivências e práticas sócio-espaciais territorializadas, o que permite uma visão da dinâmica urbana e por consequência dos padrões de consumo e modo de vida das populações das cidades.

O que está em questão nessa nova abordagem de território é a possibilidade de apropriação autônoma do espaço pelo indivíduo, que pode elaborar um referencial espacial próprio/adverso ao contexto tradicional que está posto, estabelecendo bases para interações simbólicas e interpretações dos signos urbanos em uma lógica peculiar a esse novo contexto. Ou seja, o indivíduo pode interferir no espaço, ressignificando-o de modo personalizado, a partir da sua óptica individual, apropriando-se do espaço público para uso privado e vice-versa. Essa apropriação individual, entretanto, não significa a individualização ou privatização dos processos sócio-espaciais, mas da expressão individual no coletivo.

Por outro lado, a noção de territórios híbridos (SOUZA, 1995; VELTZ, 1996; HAESBAERT, 2002) que deve ter inspirado o conceito de ciberterritório, de Carvalho (2008), apesar de poder ser lida e interpretada de múltiplas formas, se delineia de modo mais expressivo num viés que vai do coletivo para o individual, diferente do conceito de ciberterritório que faz o caminho oposto para a sua concretização.

Contudo, a noção de territórios híbridos e o conceito de ciberterritório, são absolutamente encaixados e complementares, uma vez que as características da hibridez notadas por Souza (1995), Veltz (1996) e Haesbaert (2002), agregam ao território a fluidez e a imaterialidade, antes não percebida, e a dimensão cibernética trazida no conceito de ciberterritório incontestavelmente o materializa e o espacializa no híbrido, dando-lhe tangibilidade nos aspectos imateriais e espacialidade a virtualidade a ele agregada.

O fato é que tanto a noção de território híbrido (SOUZA, 1995; VELTZ, 1996; HAESBAERT, 2002) quanto o conceito de ciberterritório (CARVALHAL, 2008) trouxeram a possibilidade de verificação de outras vivências do espaço urbano, proporcionando significativas mudanças em relação ao olhar sobre o território, uma vez que agora, além do território e suas complexidades, enxerga-se também uma dimensão cibernética que traz muitos outros modos de exploração das relações sociais, políticas e culturais estabelecidas nesses territórios.



Ao olhar para a dimensão territorial cibernética de uma cidade nota-se que esta se articula e proporciona aos seus cidadãos, sobretudo aos usuários de dispositivos móveis digitais que circulam e estabelecem práticas sociais nos espaços da cidade, o acesso a uma série de serviços baseados nas tecnologias digitais que, muitas vezes, flexibilizam o uso dos espaços urbanos, proporcionando novas dinâmicas territoriais, através de algumas possibilidades, tais como (CHAMUSCA, 2011):

- a) Acesso nômade à *Internet* – tira o usuário de um espaço privado e o leva para a praça; tira o trabalhador do escritório e o leva para o *shopping*; tira o cidadão de casa e o leva para a rua, espaços de convivência coletiva e relações sociais amplas. O acesso nômade, portanto, aniquila o discurso de que as tecnologias digitais foram adotadas para tornar as relações sociais superficiais e efêmeras e dá vitalidade à cidade e ao cidadão;
- b) objetos que passam informações aos dispositivos – essa é a função pós-massiva das mídias locativas digitais. Com essa possibilidade, o lugar ganha força, pois a informação passa a ser locativa, pois partem dos lugares e dos objetos que estão nele contidos e não mais de um mundo virtual desterritorializado e desmaterializado, desvinculado do espaço físico;
- c) *tracking* dos actantes – o monitoramento completo do espaço físico e a moldagem da informação de acordo com a necessidade percebida dão possibilidades diferentes de apropriação do espaço pelos seus actantes;
- d) multirredes de compartilhamento – tornam possível se compartilhar músicas e vídeos, bem como outros tipos de arquivos, gratuitamente, no ônibus, na praça de alimentação do *shopping*, na escola ou faculdade. Essa possibilidade pode, por exemplo, conscientizar um cidadão, através de uma convocação para ações de mobilização política ou social.

Todas essas possibilidades levam a crer que o cidadão passou a ter mais autonomia para intervir no espaço público, reconfigurando-o e ressignificando-o de modo personalizado e a gestão urbana precisa se adaptar aos novos contextos, em que o cidadão é cada vez mais empoderado, inclusive com poder de mídia. Agora ele pode se comunicar enquanto está em movimento, não só do ponto de vista passivo do consumo da informação, mas também produzindo e distribuindo informação sobre e a partir dos espaços públicos e privados da cidade, o que torna a observação da dimensão cibernética da gestão urbana condição *sine qua non* para ser entendida como uma gestão competente.



A IMPRESCINDIBILIDADE DO USO DA CIBERNÉTICA PARA UMA GESTÃO URBANA COMPETENTE

Antes de tudo, se faz imperativo definir o que aqui se entende por gestão urbana competente. Uma gestão competente da cidade, ou gestão urbana competente, nessa reflexão, é uma gestão que transforma a vida das pessoas, para melhor, através da ação da máquina pública, da oferta de serviços públicos de qualidade e da intervenção pública na regulação das relações sócio-espaciais ética e esteticamente aceitas e compartilhadas pela maioria dos habitantes da cidade. É, portanto, uma gestão voltada para o bem-estar dos cidadãos, independente da sua posição socioeconômica, étnica, religiosa ou profissional.

Aqui se chega num “lugar”, em que faz necessário a distinção entre o discurso fascista, que busca a homogeneização dos processos sociais a partir da legitimação do discurso dominante sobre o dominado e o discurso que se pretende construir para a noção de gestão urbana competente nesse momento: quem deve definir o que é melhor para elas são as próprias pessoas, os habitantes da cidade, que vivenciam, conhecem a sua cidade, e não os gestores públicos, na distância dos seus escritórios luxuosos e muitas vezes em contextos mundializados, fora da realidade ampla ou específica da cidade.

Isso posto, e já sem a preocupação de que se tenha visões distorcidas da proposta de gestão competente da cidade, a partir do acréscimo da dimensão cibernética à gestão tradicional, passa-se a observar que o movimento transformador encontrado no contexto tecnológico digital na atualidade desvela que, de fato, não há mais como se prescindir da atuação nessa dimensão cibernética para gerir a cidade de modo competente, para o bem-estar dos seus habitantes. Se antes as bases para o planejamento e o desenvolvimento urbanos excluía, na maioria das vezes, o olhar do cidadão comum, hoje, com a ampliação das possibilidades reais de intervenção, de registro das trajetórias deste cidadão comum no contexto e na dinâmica das cidades, mais cuidados e domínios de saberes específicos são exigidos para a consecução de ações mais efetivas, revelando a necessidade premente de se considerar tais expressões comuns como coadjuvantes do planejamento urbano.

Os gestores públicos, portanto, precisam ter em mente que graças ao advento das tecnologias digitais, e todos os desdobramentos tecnológicos que produzem fenômenos como os da presença, hibridação e mobilidade (CHAMUSCA; CARVALHAL, 2013), que influenciam significativamente na dinâmica urbana, os cidadãos comuns agora estão empoderados com poder de mídia e podem fornecer informações a um local específico,



delineando novas formas⁷ e criando novas funções⁸ para os diversos espaços da cidade, incluindo os equipamentos públicos nela existentes. Na prática, isso quer dizer que os gestores públicos precisam se dar conta de que os espaços públicos necessitam de adaptações às novas demandas sociais estabelecidas pela relação cidade-cidadão, que as tecnologias digitais têm potencializado. As transformações que vêm acontecendo, em grande medida, estão se dando através de um processo natural de adaptação não-planejada e não-ordenada da apropriação pelos cidadãos dos espaços públicos para o uso dessas tecnologias (CHAMUSCA, 2011).

Sobre isso, Lemos (2007, p. 123) observa que:

O desafio é criar maneiras efetivas de comunicação e de reapropriação do espaço físico, reaquecer o espaço público, favorecer a apropriação social das novas tecnologias de comunicação e informação e fortalecer a democracia contemporânea.

Percebendo essa tendência, observada por Lemos (2007), e se apropriando desse conhecimento, os gestores das cidades contemporâneas têm a possibilidade de promover o desenvolvimento socioeconômico, planejando a partir da tendência do uso dessas tecnologias nos espaços públicos e privados da cidade. Essas tecnologias têm sido recorrentemente escolhidas pela indústria da comunicação e da informação, como os principais dispositivos de convergência das mídias contemporâneas, bem como utilizadas com grandes méritos para soluções urbanas voltadas para questões de alta relevância e impacto social como: na segurança, controle e vigilância; no transporte; na saúde; na educação, dentre tantas outras áreas em que a dimensão cibernética é avantajada.

Desse modo, aposta-se cada vez mais em formatos de gestão pública mais sensíveis ao conjunto de demandas e circunstâncias estabelecidas pela nova relação cidade-cidadãos, pois quanto mais consciente da necessidade de se atuar nessa dimensão da gestão (cibernética), em tese, ela será mais eficaz, uma vez que promoveria possibilidades efetivas de respostas coletivas, convergentes e em sintonia com a expectativa da maioria dos habitantes, através de um processo de reavaliação contínua dos modelos operacionais de ação, alargando

⁷ Para Santos (1982), *forma* está relacionada com o que é visível de uma edificação ou de um equipamento público qualquer que componha o conjunto de uma cidade. Por exemplo: uma igreja católica tem uma forma específica que permite identificá-la como igreja, apenas olhando-a. Muito dificilmente alguém confundirá uma igreja com uma casa, por exemplo. Essa identificação, segundo Santos, é possibilitada pela sua *forma*.

⁸ Nenhuma edificação ou equipamento público existe por acaso. Eles possuem uma missão, uma razão de ser naquele espaço que os abriga, tendo, portanto, um papel a ser desempenhado. Esse papel é o que Santos (1982) chama de *função*.



consequentemente a visão sobre o campo de práticas sócio-espaciais emergentes ou derivadas de tal configuração.

A gestão pública, portanto, diante de tal constatação, pode estabelecer formalmente um ambiente propício para que a população informalmente se permita participar da construção do seu espaço de convivência social, por meio da expressão proporcionada pelas tecnologias digitais de função pós-massiva. Isso porque, segundo Lemos (2007, p. 125), estas tecnologias “insistem em processos de conversação, de interações, de comunicação...”, mas também permitem e potencializam novas formas de controle e vigilância na intersecção dos espaços territoriais híbridos dos ciberterritórios. Essas características, de certa forma, podem garantir a atuação de uma gestão competente na sua função reguladora, sem necessariamente coibir a dimensão democrática potencializada pelas tecnologias digitais no processo de desenvolvimento das cidades contemporâneas (CHAMUSCA, 2011).

Se, por um lado, o cidadão possui tanto a possibilidade de escrita, quanto a de releitura do espaço urbano, como forma de apropriação e ressignificação das cidades, através de funções infocomunicacionais diversas, como realidade aumentada móvel, *tracing/mapping*, *geotags* e anotações urbanas, por outro, também podem ter fins institucionais, comerciais ou mesmo de regulação por parte do Estado, uma vez que podem ser “utilizadas para agregar conteúdo digital a uma localidade, servindo para funções de monitoramento, vigilância, mapeamento, geoprocessamento (GIS), localização...” (LEMOS, 2007, p. 2).

A cidade, portanto, não pode deixar de ser administrada e pensada cada vez mais estrategicamente pelo poder público, se não pelas potencialidades que a dimensão cibernética trazem para os seus gestores, pelo “empoderamento” que proporciona aos cidadãos comuns que, por sua vez, estão cada vez mais envolvidos pela cultura da participação, da colaboração e do compartilhamento público de informações relevantes.

AS DIMENSÕES DA GESTÃO CIBERNÉTICA COMPETENTE DA CIDADE

Para a potencialização e melhor aproveitamento da ambiência tecnológica atual, a gestão urbana competente, ao explorar a sua dimensão cibernética, pode fazê-lo:

- a) a partir da dimensão reativa – aproveitando-se da cultura da participação, colaboração e co-criação hoje incentivada pela ambiência das mídias sociais digitais e que se desdobra no comportamento das pessoas em todos os ambientes de convivência social, para instituir canais oficiais que permitam as pessoas se expressarem e dizerem o que pensam da sua



cidade, do seu bairro, da sua rua, com possibilidades de atuação em todos os níveis, indo desde reclamações e sugestões mais simples até propostas mais elaboradas que possuam estruturação para se tornar Lei ou regulamentação para a cidade;

- b) a partir da dimensão pró-ativa – hoje, ao atuar no espaço da cidade nas suas redes sócio-técnicas, com outros actantes humanos e não humanos, o cidadão deixa rastros digitais espacializados, que podem ser recuperados por sistemas informáticos e utilizados para uma gestão competente da cidade.

Na primeira dimensão, a reativa, para uma gestão competente pode-se trabalhar no sentido de dar voz ao cidadão, e mais do que isso, de ouvi-lo efetivamente, instituindo canais oficiais de participação nas ambiências híbridas, permitindo que as pessoas possam contribuir ativamente para a gestão pública de modo simples, postando uma foto tirada do seu celular, gravando uma mensagem sobre algo que viu de negativo/positivo na cidade, marcando (virtualmente) um lugar e deixando suas impressões sobre ele, etc.

Um excelente exemplo que caracteriza de forma emblemática essa dimensão é o da cidade de Curitiba, Paraná, na Região Sul do Brasil, que aproveitando a popularidade dos aplicativos instalados em celulares e da disponibilidade que as pessoas têm demonstrado de utilizá-los para dar sugestões e/ou reclamar de problemas enfrentados nas suas cidades, em busca de soluções para melhorar o seu dia-a-dia, a Prefeitura de Curitiba instituiu em maio de 2014 uma parceria com uma rede social, que possui um aplicativo para celulares, que tem como principal função captar sugestões e reclamações dos cidadãos sobre a sua cidade, bem como propostas de intervenções práticas ou legais para o seu município.

A iniciativa da parceria da prefeitura curitibana com a rede social em questão, permite à população enviar diretamente para a prefeitura fiscalizações e propostas de soluções para a cidade, através do aplicativo, sobre iluminação pública, saneamento básico, calçadas, entre outros. O aplicativo conta com um sistema de geolocalização e a informação chega em tempo real para a equipe de mídias sociais da prefeitura, que pode deliberar de modo muito mais rápido sobre as demandas dos cidadãos.

Esse projeto, que nessa proposta teórica pode-se enquadrar na dimensão reativa de gestão cibernética da cidade, está se espalhando pelo país e já é possível ser verificada em várias cidades do mundo. Se trata de um modo simples e muito econômico de se obter informações qualificadas sobre a cidade. Chama-se atenção que a qualificação aqui não se traduz na opinião de um especialista em urbanização ou em arquitetura da cidade, mas por



quem vive a cidade, que se importa com ela e nela constrói a sua experiência de vida: o cidadão. Trata-se de valorizar o conhecimento do senso comum, que é construído de modo empírico, se desenvolve através de gerações e costuma ser determinante na cultura e na forma de ver o mundo de uma comunidade, portanto, naquilo que é entendido para aquelas pessoas como importantes, que vão impactar na sua noção de mudança para melhor. Acrescentar essa dimensão cibertética na gestão da cidade, do ponto de vista reativo, significa fazer a “gestão de baixo para cima”, ouvindo a população, escutando as suas petições, e reagindo às suas demandas. A dimensão cibernética, entretanto, permite ir mais longe e radicalizar o conceito de “gestão de baixo para cima”, buscando escutar o que as pessoas falam sobre a cidade, os seus desejos e os seus olhares sobre os espaços em que atuam socialmente, independente delas usarem um canal oficial para realizarem as suas reclamações ou fazerem suas petições, ou ainda direcionarem as suas opiniões para a gestão pública da cidade. Ao atuar na urbe, nas suas redes sócio-técnicas, as pessoas deixam rastros que podem ser recuperados por sistemas informáticos e utilizados para uma gestão urbana competente, visto que ao buscar sistematizar as informações dos rastros digitais deixados pelos cidadãos na sua vivência pela cidade, está se buscando automaticamente ouvir a mais pura expressão das pessoas que utilizam o espaço da cidade no seu dia-a-dia, o que significa dizer que se buscará gerir a cidade a partir da percepção dos cidadãos e não a partir de ideias muitas vezes descontextualizadas de consultores externos, que não a conhece verdadeiramente.

Sobre isso, Bruno (2011) observa um importante aspecto da recuperação dos rastros digitais para uma gestão urbana competente, quando chama atenção de que os esses rastros permitem acesso à informações antes muito difíceis de serem acessadas, pois se tratam de produtos de relações infocomunicacionais, estabelecidas em redes sócio-técnicas, na relação Ator-Rede, que geram conteúdos significativos pelo fato de se darem em ambientes com alto nível de espontaneidade dos seus actantes.

O conhecimento que vem dos rastros pode proporcionar uma profunda reinvenção política da cidade, na medida em que ao coletar sentimentos e expressões de uma parte significativa dos agentes com influência no território, em tempo real, e de modo absolutamente eficaz, pode-se formar um banco de dados que represente um legado de inteligência coletiva, jamais imaginado anteriormente na história da humanidade, para a gestão urbana. Nesse sentido, vale observar que os inumeráveis “mapas” que podem ser gerados através dos dados advindos desses rastros digitais podem determinar padrões de comportamentos da sociedade,



bem como possibilitar uma leitura muito rica das dinâmicas territoriais estabelecidas no âmbito das cidades. Se a partir da dimensão reativa, a gestão urbana pode integrar as pessoas em torno de uma forma de governança democrática, a dimensão pró-ativa, sem dúvida, pode significar um enorme diferencial para a gestão, pela capacidade que possui de construir inteligência coletiva, de modo descentralizado e voltado para a formação de uma cidade mais democrática, justa e agradável para os seus habitantes.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, Fernanda. Oi Brasil, estamos aqui! In: Revista Veja, 29 de janeiro de 2014.
- BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. In: Economia e Sociedade. V. 16. n. 2. Campinas, ago, 2007.
- BRUNO, Fernanda. Palestra: O social não existe de muitas maneiras; o social está por fazer. In: V Simpósio Nacional ABCiber. Florianópolis, novembro de 2011.
- CAPRA, F. A Teia da Vida. Ed. Cultrix: São Paulo, 1996.
- CARVALHAL, Márcia. A territorialidade e a dimensão participativa na ciberdemocracia: o caso do Fórum Social Mundial. Salvador: Edições VNI/UCSAL, 2011.
- CARVALHAL, Márcia. Perspectivas Contemporâneas de Território, Espaço E Democracia. In: V Seminário Nacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. Anais. Ucsal, Salvador, Ago, 2008.
- CHAMUSCA, Marcello. Os processos infocomunicacionais e as dinâmicas territoriais e sociais na cidade contemporânea. Salvador/BA: Edições VNI/UCSAL, 2011.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- HOLLAND, J.H. Hidden Order: How Adaptation Builds Complexity. Reading, MA: Addison-Wesley, 1995.
- LATOUR, Bruno. Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network Theory. Oxford: University Press, NY, 2005.
- LATOUR, Bruno. Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1987.
- LAW, John. Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade. Tradução de Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.
- LEMOS, A. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. *Galaxia (Online)*. São Paulo, n. 25, p.



52-65, jun. 2013.

LEMOS, André. Mídias locativas e territórios informacionais. In SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila (edit.). *Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir*. São Paulo: EDUC, 2007. p.48-71.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. *Redes Sociais Digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoire: l'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.